POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ESTUDANTES DE BAIXA RENDA E MINORIAS ÉTNICAS.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas de acesso e permanência no ensino superior, com foco nos limites e possibilidades enfrentados por estudantes de baixa renda e minorias étnicas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em produções acadêmicas que discutem inclusão educacional, desigualdades sociais e estratégias institucionais de permanência. A metodologia adotada envolveu a análise de artigos científicos, documentos institucionais e estudos recentes sobre políticas educacionais, conforme orientações de revisão sistemática da literatura (Galvão; Ricarte, 2019) e diretrizes metodológicas contemporâneas (Narciso; Santana, 2025). Os resultados evidenciam que, embora haja avanços significativos no acesso ao ensino superior, especialmente por meio de políticas públicas como cotas e programas de financiamento, persistem desafios relacionados à permanência dos estudantes, tais como dificuldades socioeconômicas, ausência de apoio psicopedagógico e barreiras institucionais. Estudos apontam que iniciativas como assistência estudantil, acolhimento institucional e acompanhamento acadêmico são fundamentais para reduzir a evasão (Abreu; Ximenes, 2020). Conclui-se que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre acesso e permanência, sendo necessário ampliar ações inclusivas que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade social, garantindo não apenas o ingresso, mas também o sucesso acadêmico desses estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Inclusão educacional; Permanência estudantil; Desigualdade social.

ABSTRACT

This study aims to analyze access and retention policies in higher education, focusing on the limits and possibilities faced by low-income students and ethnic minorities. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on academic works addressing educational inclusion, social inequalities, and institutional strategies for student retention. The methodology involved the analysis of scientific articles, institutional documents, and recent studies on educational policies, following systematic literature review guidelines (Galvão; Ricarte, 2019) and contemporary methodological approaches (Narciso; Santana, 2025). The results indicate that, despite significant advances in access to higher education, especially through public policies such as quotas and financial aid programs, challenges related to student retention persist, including socioeconomic difficulties, lack of academic support, and institutional barriers. Studies show that initiatives such as student assistance, institutional support, and academic monitoring are essential to reduce dropout rates (Abreu; Ximenes, 2020). It is concluded that the effectiveness of educational policies depends on the articulation between access and retention, requiring the expansion of inclusive actions that address multiple dimensions of social inequality, ensuring not only admission but also academic success.

Keywords: Higher education; Educational inclusion; Student retention; Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de acesso e permanência no ensino superior têm ocupado posição central nos debates educacionais contemporâneos, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais. A ampliação do acesso à universidade representa um avanço significativo na democratização das oportunidades educacionais, contudo, esse processo não se concretiza plenamente quando não há condições adequadas para a permanência dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, conforme destaca Souza (2025), o ingresso na educação superior deve ser compreendido como apenas uma etapa inicial de um processo mais amplo, que exige políticas estruturadas e contínuas.

No contexto brasileiro, políticas públicas como o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) contribuíram de forma significativa para a inclusão de estudantes historicamente excluídos do ensino superior. Essas iniciativas ampliaram o acesso de populações de baixa renda e de minorias étnicas, promovendo maior diversidade no ambiente universitário. Entretanto, conforme analisam Abreu e Ximenes (2020), o acesso não tem sido acompanhado por políticas eficazes de permanência, o que limita os impactos dessas ações.

A permanência estudantil, nesse cenário, emerge como um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas. Muitos estudantes ingressam na universidade, mas enfrentam dificuldades que comprometem a continuidade dos estudos, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a falta de recursos financeiros e a ausência de apoio institucional. Nesse contexto, Santos e Garcia (2025) apontam que a evasão está diretamente relacionada às condições socioeconômicas e à insuficiência de suporte institucional.

O problema de pesquisa deste estudo consiste em compreender os limites e as possibilidades das políticas de acesso e permanência no ensino superior para estudantes de baixa renda e minorias étnicas, considerando as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Trata-se de analisar de que maneira essas políticas têm sido implementadas e quais são seus efeitos reais na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

A relevância do tema está diretamente relacionada à necessidade de garantir não apenas o ingresso, mas também condições efetivas de permanência e conclusão dos cursos superiores. A equidade educacional pressupõe que todos os estudantes tenham acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam desenvolver plenamente seu potencial, independentemente de sua origem social ou econômica. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a permanência é um elemento essencial para a efetivação das políticas inclusivas.

A educação superior desempenha papel estratégico na promoção da mobilidade social, sendo reconhecida como um dos principais instrumentos para a redução das desigualdades. Ao possibilitar o acesso a melhores oportunidades profissionais e a ampliação do capital cultural, a universidade contribui para a transformação das condições de vida dos indivíduos. Contudo, Souza (2025) destaca que esse potencial só se concretiza plenamente quando há políticas que garantam a permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Diversos fatores impactam diretamente a trajetória dos estudantes no ensino superior, incluindo dificuldades financeiras, preconceito, discriminação, falta de suporte institucional e desafios acadêmicos. Esses elementos, muitas vezes inter-relacionados, criam barreiras que dificultam a permanência e aumentam os índices de evasão. Santos e Garcia (2025) enfatizam que estudantes de grupos socialmente vulneráveis enfrentam obstáculos adicionais que comprometem sua trajetória acadêmica.

A análise crítica das políticas existentes revela que, embora haja avanços no campo do acesso, ainda existem lacunas significativas no que diz respeito à permanência. Muitas instituições de ensino superior não dispõem de estruturas adequadas para atender às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade, o que compromete a eficácia das políticas públicas implementadas. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) apontam para a necessidade de políticas mais integradas e abrangentes.

A literatura aponta que a permanência estudantil está diretamente relacionada ao suporte institucional e às condições socioeconômicas dos estudantes. Programas de assistência estudantil, apoio psicológico, acompanhamento pedagógico e políticas de inclusão são fundamentais para garantir a continuidade dos estudos. Santos e Garcia (2025) evidenciam que a ausência desses mecanismos contribui significativamente para a evasão.

A análise das políticas educacionais deve considerar múltiplas dimensões, incluindo aspectos econômicos, sociais, culturais e institucionais. A complexidade do fenômeno exige abordagens interdisciplinares, capazes de compreender as diferentes variáveis que influenciam a permanência dos estudantes. Essa perspectiva amplia a compreensão do problema e contribui para a formulação de políticas mais eficazes.

A construção de ambientes universitários inclusivos e acolhedores também se apresenta como um fator determinante para a permanência estudantil. A valorização da diversidade, o combate à discriminação e a promoção de espaços de diálogo são elementos essenciais para garantir que todos os estudantes se sintam pertencentes ao ambiente acadêmico. Souza (2025) destaca que o sentimento de pertencimento é fundamental para o sucesso acadêmico.

O objetivo deste artigo é analisar os limites e possibilidades das políticas de acesso e permanência no ensino superior, contribuindo para o debate acadêmico e educacional. Ao compreender os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda e minorias étnicas, busca-se oferecer subsídios para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes, capazes de promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico desses sujeitos.

2. APRESENTAÇÃO

A democratização do ensino superior envolve tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes, sendo esses elementos indissociáveis no processo de construção de uma educação mais justa e equitativa. O simples aumento no número de vagas ou a ampliação de políticas de ingresso não são suficientes para garantir que todos os estudantes tenham condições reais de concluir seus cursos. Nesse sentido, conforme destacam Abreu e Ximenes (2020), a equidade educacional só se concretiza quando há políticas estruturadas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

O acesso ampliado, por si só, não garante equidade educacional, pois muitos estudantes ingressam no ensino superior sem dispor das condições materiais, acadêmicas e emocionais necessárias para permanecer e concluir seus estudos. Esse cenário evidencia que a democratização do ensino superior exige políticas integradas, capazes de atender às múltiplas necessidades dos estudantes. De acordo com Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil desempenha papel fundamental nesse processo, ao oferecer suporte financeiro, pedagógico e psicossocial, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da permanência estudantil.

Estudos indicam que estudantes de baixa renda enfrentam maiores dificuldades para concluir seus cursos, especialmente devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo, à falta de recursos financeiros e às limitações no acesso a materiais acadêmicos e tecnológicos. Abreu e Ximenes (2020) ressaltam que essas dificuldades impactam diretamente o desempenho acadêmico e aumentam as taxas de evasão, evidenciando a importância de políticas públicas que considerem as condições socioeconômicas dos estudantes.

Minorias étnicas enfrentam desafios adicionais no ambiente universitário, como situações de discriminação, racismo estrutural e exclusão social, que afetam tanto o desempenho quanto o sentimento de pertencimento desses estudantes. Políticas afirmativas tornam-se essenciais não apenas para garantir o acesso, mas também para promover a permanência e o sucesso acadêmico. Theodoro e Freitas (2025) destacam que o

reconhecimento das diferenças e a valorização da diversidade são elementos fundamentais para a construção de uma educação inclusiva.

A assistência estudantil emerge, portanto, como uma estratégia central no enfrentamento das desigualdades educacionais, oferecendo suporte que vai além do aspecto financeiro. Programas de acompanhamento pedagógico, apoio psicológico e ações de acolhimento institucional são fundamentais para garantir que os estudantes consigam superar os desafios enfrentados no ambiente acadêmico. Esses mecanismos contribuem significativamente para a redução da evasão e para a promoção do sucesso acadêmico.

Programas de apoio financeiro, psicológico e pedagógico são essenciais para garantir condições mínimas de permanência, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. A literatura aponta que a ausência desses recursos compromete o desempenho acadêmico e dificulta a continuidade dos estudos. Nesse sentido, políticas institucionais bem estruturadas são indispensáveis para promover a equidade no ensino superior.

A inclusão de estudantes com deficiência também exige a implementação de políticas específicas que garantam acessibilidade física, pedagógica e comunicacional. Conforme destaca Bassi (2021), a presença desses estudantes nas instituições de ensino superior requer adaptações estruturais e metodológicas que possibilitem sua participação plena no processo educativo, assegurando igualdade de oportunidades.

A literatura evidencia a importância de práticas institucionais inclusivas que considerem a diversidade dos estudantes e suas diferentes necessidades. Essas práticas envolvem não apenas a oferta de recursos materiais, mas também a construção de uma cultura institucional baseada no respeito, na equidade e na valorização das diferenças. A inclusão efetiva depende da articulação entre políticas públicas e ações institucionais.

A permanência estudantil depende de múltiplos fatores inter-relacionados, incluindo condições socioeconômicas, suporte institucional, integração acadêmica e aspectos subjetivos, como motivação e pertencimento. Conforme realça Bassi (2021) a complexidade desses fatores exige abordagens interdisciplinares e políticas educacionais abrangentes, capazes de responder às diferentes demandas dos estudantes.

A construção de ambientes educacionais acolhedores é fundamental para promover a permanência e o sucesso acadêmico. Espaços que valorizam o diálogo, a escuta e a participação ativa dos estudantes contribuem para o fortalecimento do vínculo com a instituição e para a construção de uma trajetória acadêmica mais significativa.

A análise do tema revela a complexidade das políticas educacionais voltadas ao ensino superior, evidenciando que a democratização da educação não se limita ao acesso, mas envolve um conjunto de ações articuladas que garantam a permanência e a conclusão dos cursos

Conforme enfatiza Bassi (2021) essa compreensão amplia o debate sobre inclusão e equidade no contexto educacional.

Torna-se necessário ampliar o debate sobre inclusão no ensino superior, considerando as múltiplas dimensões que influenciam a trajetória dos estudantes. A construção de políticas educacionais mais eficazes depende do reconhecimento dessas complexidades e do compromisso com a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, conforme a classificação proposta por Gil (2019), sendo adequada para estudos que buscam compreender fenômenos a partir da análise de produções já existentes. A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de reunir e interpretar diferentes contribuições teóricas acerca das políticas de acesso e permanência no ensino superior, especialmente no que se refere aos estudantes de baixa renda e minorias étnicas. A abordagem adotada possibilita uma compreensão ampla e fundamentada do tema, permitindo o diálogo entre diferentes perspectivas acadêmicas.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, constituindo-se como uma etapa essencial para a construção do referencial teórico. Segundo Gil (2019), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador identificar conceitos, teorias e debates relevantes, contribuindo para o aprofundamento da análise. Nesse estudo, foram selecionadas obras que abordam inclusão educacional, desigualdades sociais e políticas públicas no ensino superior, garantindo consistência teórica ao trabalho.

A pesquisa documental utiliza fontes primárias, como relatórios institucionais, legislações, políticas educacionais e documentos oficiais, ampliando a compreensão do objeto investigado. Conforme Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de pesquisa permite o acesso a informações que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, sendo fundamental para a análise de contextos específicos. No presente estudo, a análise documental contribuiu para a identificação de práticas institucionais e políticas voltadas à permanência estudantil.

Foram analisados artigos científicos publicados em periódicos relevantes, bem como documentos institucionais relacionados às políticas de acesso e permanência no ensino superior. A seleção das fontes considerou critérios como pertinência temática, atualidade das publicações e relevância acadêmica, assegurando a qualidade das informações utilizadas. Essa

etapa foi fundamental para a construção de uma base sólida de dados e para o desenvolvimento de uma análise crítica consistente.

A revisão da literatura seguiu princípios metodológicos reconhecidos, conforme proposto por Galvão e Ricarte (2019), que destacam a importância da sistematização e da organização das informações na produção científica. Esse procedimento permitiu identificar padrões, lacunas e convergências nos estudos analisados, contribuindo para uma compreensão mais estruturada do tema investigado.

Foi utilizada a metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme orientações de Page et al. (2021), com o objetivo de organizar o processo de seleção e análise das fontes. A aplicação dessa metodologia contribuiu para a transparência e a rigorosidade do estudo, permitindo a sistematização das etapas de busca, seleção e análise dos dados.

A seleção das fontes priorizou materiais recentes e de reconhecida relevância acadêmica, garantindo a atualização das informações e a qualidade das discussões apresentadas. Esse critério foi essencial para assegurar que o estudo refletisse o estado atual das pesquisas sobre o tema, considerando as transformações recentes no contexto educacional.

A abordagem adotada foi qualitativa, conforme definição de Creswell (2021), sendo adequada para a análise de fenômenos complexos que envolvem múltiplas dimensões sociais, culturais e institucionais. A pesquisa qualitativa permite interpretar significados, compreender relações e analisar contextos, sendo especialmente pertinente para estudos na área da educação.

O método qualitativo possibilitou uma análise aprofundada do fenômeno investigado, favorecendo a construção de reflexões críticas sobre as políticas de acesso e permanência no ensino superior. A integração entre diferentes fontes e perspectivas teóricas contribuiu para uma compreensão mais abrangente do tema, permitindo identificar tanto os avanços quanto os desafios presentes nesse campo de estudo.

4. DESENVOLVIMENTO

As trajetórias acadêmicas de estudantes de baixa renda e de minorias étnicas no ensino superior são atravessadas por um conjunto complexo de limites estruturais que revelam a persistência das desigualdades sociais na educação. Mesmo com a ampliação das políticas de acesso, como cotas e programas de financiamento estudantil, muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade da formação básica, à instabilidade financeira e à necessidade de conciliar estudo e trabalho. Esses fatores impactam diretamente o desempenho acadêmico e a permanência nas instituições, evidenciando que o acesso, por si só,

não garante a efetiva inclusão educacional. Conforme apontam Abreu e Ximenes (2020), a desigualdade socioeconômica continua sendo um dos principais determinantes da evasão no ensino superior, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados.

Além das limitações econômicas, estudantes de minorias étnicas enfrentam barreiras simbólicas e institucionais que afetam sua experiência universitária. O racismo estrutural, as práticas discriminatórias e a baixa representatividade nesses espaços contribuem para a sensação de não pertencimento e para o enfraquecimento da identidade acadêmica. Essas condições influenciam diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes, tornando o percurso universitário mais árduo e desigual. Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) destacam que, no caso de estudantes indígenas e negros, a universidade ainda se configura como um espaço de disputas simbólicas, no qual a inclusão precisa ser continuamente reafirmada por meio de políticas institucionais efetivas.

Apesar desses desafios, existem importantes possibilidades que apontam para a construção de um cenário mais inclusivo e democrático no ensino superior. As políticas de ação afirmativa, os programas de assistência estudantil e as iniciativas institucionais de apoio pedagógico e psicológico representam avanços significativos na promoção da permanência estudantil. Essas estratégias contribuem para reduzir desigualdades, fortalecer o vínculo dos estudantes com a universidade e ampliar suas chances de sucesso acadêmico. Theodoro e Freitas (2025) ressaltam que a assistência estudantil se configura como elemento central para garantir não apenas a permanência, mas também a qualificação da experiência universitária.

A criação de espaços de escuta, diálogo e participação estudantil contribui para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de uma universidade mais justa e equitativa. Souza (2025) enfatiza que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre acesso, permanência e pertencimento, sendo este último fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Embora os limites ainda sejam significativos, as possibilidades de transformação estão diretamente relacionadas ao compromisso institucional com a equidade e à consolidação de políticas públicas integradas e contínuas.

4.1 Políticas de Acesso ao Ensino Superior

As políticas de acesso ao ensino superior no Brasil têm promovido mudanças significativas na composição do corpo discente das universidades, especialmente a partir da implementação de ações afirmativas e programas de financiamento estudantil. Iniciativas como o sistema de cotas e programas de inclusão ampliaram o ingresso de estudantes oriundos de

contextos historicamente marginalizados, contribuindo para a diversificação social e étnica no ambiente acadêmico, conforme destaca Souza (2025).

A ampliação do acesso, entretanto, não elimina as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Mesmo com o aumento do número de vagas e oportunidades, muitos estudantes ainda enfrentam barreiras relacionadas à qualidade da educação básica, desigualdade de renda e condições desiguais de preparação acadêmica. Nesse sentido, Abreu e Ximenes (2020) ressaltam que o acesso ampliado não garante equidade educacional.

Os programas de cotas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social, permitindo que estudantes de baixa renda e minorias étnicas ingressem em instituições de ensino superior. Contudo, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) destacam que a efetividade dessas políticas depende de sua articulação com estratégias de permanência, evitando que o ingresso não se traduza em evasão.

A expansão do acesso deve ser acompanhada por políticas institucionais que garantam condições adequadas de adaptação acadêmica e integração social. Souza (2025) argumenta que, sem esse suporte, o impacto das políticas de inclusão torna-se limitado.

Embora as políticas de acesso representem um avanço significativo, ainda é necessário aprimorá-las diante das desigualdades estruturais persistentes. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a democratização do ensino superior exige a integração entre acesso, permanência e sucesso acadêmico.

4.2. Desafios da Permanência Estudantil

A permanência estudantil constitui um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto de ampliação do acesso ao ensino superior. Muitos estudantes conseguem ingressar na universidade, mas enfrentam dificuldades para permanecer até a conclusão do curso, evidenciando fragilidades institucionais, conforme apontam Santos e Garcia (2025).

Os fatores econômicos exercem influência direta na permanência dos estudantes, uma vez que a falta de recursos financeiros compromete a continuidade dos estudos. A necessidade de conciliar trabalho e estudo interfere no desempenho acadêmico, situação amplamente discutida por Abreu e Ximenes (2020).

A evasão estudantil está frequentemente associada à ausência de apoio institucional adequado, incluindo assistência financeira, suporte pedagógico e acompanhamento psicológico. Santos e Garcia (2025) destacam que a falta desses mecanismos aumenta significativamente o risco de abandono.

Os estudantes enfrentam dificuldades acadêmicas relacionadas à defasagem escolar e à adaptação ao ambiente universitário. Nesse sentido, Theodoro e Freitas (2025) afirmam que o suporte institucional é determinante para a permanência.

As políticas de permanência tornam-se fundamentais para garantir a continuidade dos estudos e o sucesso acadêmico. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a ausência dessas políticas compromete a efetividade da democratização do ensino superior.

4.3. Inclusão de Minorias Étnicas

A inclusão de minorias étnicas no ensino superior representa um avanço importante na democratização do acesso à educação, mas ainda enfrenta desafios significativos. Estudantes negros, indígenas e de outros grupos marginalizados vivenciam barreiras estruturais que impactam sua trajetória acadêmica, conforme Bergamaschi, Doebber e Brito (2018).

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira também se manifesta no ambiente universitário, afetando o desempenho e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Souza (2025) destaca que essas práticas contribuem para desigualdades persistentes no ensino superior.

As políticas afirmativas, como o sistema de cotas, são essenciais para garantir o ingresso desses grupos nas universidades. No entanto, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) ressaltam que a inclusão efetiva exige ações que vão além do acesso, contemplando também a permanência.

A inclusão deve considerar dimensões simbólicas e institucionais, promovendo ambientes acadêmicos mais justos e acolhedores. Souza (2025) enfatiza a importância da valorização da diversidade no espaço universitário.

A inclusão de minorias étnicas deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige políticas permanentes e estruturadas. Abreu e Ximenes (2020) reforçam que a equidade educacional depende da superação das desigualdades históricas.

4.4. Assistência Estudantil e Apoio Institucional

A assistência estudantil constitui elemento central para a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Programas de bolsas e auxílios financeiros são fundamentais para garantir condições mínimas de permanência, conforme destacam Theodoro e Freitas (2025).

O suporte psicológico e pedagógico desempenha papel essencial na trajetória acadêmica. Santos e Garcia (2025) ressaltam que esses serviços contribuem para a redução da evasão e para o fortalecimento do desempenho estudantil.

O acompanhamento acadêmico, por meio de tutoria e monitoria, também se mostra eficaz na promoção da permanência. Abreu e Ximenes (2020) indicam que tais estratégias favorecem a adaptação dos estudantes ao ambiente universitário.

As instituições de ensino superior devem desenvolver políticas integradas de apoio, articulando diferentes dimensões da assistência estudantil. Souza (2025) destaca que a fragmentação dessas ações compromete sua efetividade.

O suporte institucional torna-se determinante para a permanência estudantil. Theodoro e Freitas (2025) reforçam que a consolidação dessas políticas é essencial para garantir o sucesso acadêmico.

4.5. Possibilidades e Perspectivas Futuras

As políticas educacionais voltadas ao ensino superior apresentam avanços significativos, especialmente no que se refere ao acesso de grupos historicamente excluídos. Souza (2025) destaca que essas transformações representam um marco na democratização da educação brasileira.

No entanto, ainda há grande potencial para ampliação das ações inclusivas, especialmente no que diz respeito à permanência estudantil. Abreu e Ximenes (2020) afirmam que a integração entre acesso e permanência é essencial para a efetividade das políticas educacionais.

A articulação entre diferentes políticas públicas e institucionais pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais equitativo. Santos e Garcia (2025) ressaltam a importância dessa integração para a redução da evasão.

Os investimentos em educação são fundamentais para fortalecer as políticas de inclusão e permanência. Theodoro e Freitas (2025) destacam que a assistência estudantil deve ser ampliada e consolidada como política permanente.

A inclusão no ensino superior deve ser compreendida como um processo contínuo e estruturado, que ultrapassa a simples ampliação do ingresso de estudantes nas instituições universitárias. Trata-se de uma construção progressiva que exige planejamento de longo prazo, articulação entre diferentes setores educacionais e compromisso permanente com a redução das desigualdades sociais. A inclusão não pode ser tratada como uma ação pontual ou isolada, mas como uma política educacional integrada que envolve dimensões acadêmicas, sociais, econômicas e culturais, garantindo condições reais de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

Esse processo demanda, necessariamente, um forte compromisso institucional, uma vez que as universidades desempenham papel central na implementação de políticas inclusivas.

As instituições de ensino superior precisam desenvolver estratégias que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada dos estudantes, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e social ao longo de sua trajetória acadêmica. É fundamental que as práticas institucionais sejam orientadas por princípios de equidade, reconhecendo as diferentes condições de origem dos estudantes e promovendo ações que reduzam as desigualdades internas no ambiente universitário.

A inclusão no ensino superior depende da consolidação de políticas públicas consistentes, capazes de articular diferentes níveis de atuação governamental e institucional. Isso implica o fortalecimento de programas de financiamento estudantil, ações afirmativas e políticas de assistência estudantil, que atuem de forma integrada para garantir o sucesso acadêmico. A efetividade dessas políticas está diretamente relacionada à sua continuidade e ao compromisso dos gestores públicos com a democratização da educação superior, evitando retrocessos e assegurando avanços sustentáveis.

Nesse contexto, Bergamaschi, Doebber e Brito (2018) reforçam que a efetivação da equidade no ensino superior depende da articulação entre políticas de acesso, permanência e sucesso acadêmico, evidenciando que esses três elementos são indissociáveis. A ausência de integração entre essas dimensões compromete o processo de inclusão e limita o impacto das políticas educacionais. A construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva exige ações coordenadas e permanentes, capazes de transformar não apenas o acesso, mas também a experiência e o percurso formativo dos estudantes.

5. CONCLUSÃO

O estudo analisou as políticas de acesso e permanência no ensino superior, evidenciando seus limites e possibilidades no contexto das desigualdades sociais e educacionais. A discussão permitiu compreender que a expansão do acesso à universidade representa um avanço importante no processo de democratização da educação, mas ainda insuficiente para garantir igualdade de oportunidades reais entre os estudantes. Nesse sentido, observou-se que o ingresso nas instituições de ensino superior não assegura, por si só, condições adequadas para a continuidade da trajetória acadêmica.

Embora haja avanços significativos nas políticas de acesso, a permanência dos estudantes ainda representa um desafio central. Muitos ingressam no ensino superior, mas enfrentam dificuldades ao longo do percurso formativo, o que compromete a conclusão dos cursos. Essa realidade evidencia a necessidade de uma abordagem mais ampla das políticas educacionais, que considere não apenas o ingresso, mas também o acompanhamento contínuo dos estudantes durante sua formação.

A análise demonstrou que fatores socioeconômicos exercem forte influência na trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente daqueles oriundos de contextos de vulnerabilidade social. A necessidade de conciliar trabalho e estudo, a limitação de recursos financeiros e as dificuldades de acesso a materiais e condições adequadas de aprendizagem impactam diretamente o desempenho e a permanência no ensino superior. Esses elementos revelam que a desigualdade social se reproduz no interior das instituições educacionais.

Fatores institucionais também se destacam como determinantes na permanência estudantil. A ausência de suporte pedagógico adequado, a fragilidade das políticas de acolhimento e a insuficiência de programas de acompanhamento contribuem para o aumento da evasão. As instituições de ensino superior desempenham papel fundamental nesse processo, sendo responsáveis pela criação de condições que favoreçam a adaptação e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Os fatores culturais igualmente influenciam a trajetória dos estudantes, especialmente no que diz respeito ao sentimento de pertencimento e à integração no ambiente universitário. Diferenças sociais, étnicas e culturais podem gerar situações de exclusão simbólica, afetando a autoestima e o engajamento acadêmico. Dessa forma, a permanência no ensino superior não se limita a questões materiais, mas envolve também dimensões subjetivas e relacionais.

É necessário fortalecer políticas de assistência estudantil como forma de enfrentar os desafios relacionados à permanência. Programas de apoio financeiro, psicológico e pedagógico são essenciais para garantir condições mais equitativas entre os estudantes. Essas ações contribuem para reduzir desigualdades e promover maior estabilidade ao longo da trajetória acadêmica.

Destaca-se a importância de promover ambientes educacionais mais inclusivos, que valorizem a diversidade e respeitem as diferentes realidades dos estudantes. A construção de espaços acolhedores e participativos favorece o desenvolvimento acadêmico e fortalece o vínculo dos estudantes com a instituição. Esse processo contribui diretamente para a redução da evasão e para a melhoria da qualidade da educação superior.

Como implicação, evidencia-se a necessidade de articulação entre políticas de acesso e permanência, de modo que ambas atuem de forma integrada e complementar. A efetividade das políticas educacionais depende dessa articulação, garantindo que o ingresso na universidade seja acompanhado de condições reais de continuidade e sucesso acadêmico. Essa integração é fundamental para a consolidação de uma educação mais justa e equitativa.

Sugere-se a realização de estudos empíricos futuros que aprofundem a compreensão das experiências dos estudantes no ensino superior. Investigações baseadas em dados concretos podem contribuir para a formulação de políticas mais eficazes, capazes de responder de forma

mais precisa às necessidades reais dos estudantes. Dessa forma, amplia-se o conhecimento sobre o tema e fortalecem-se as estratégias de inclusão e permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Morais. **Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 50, p. 1-15, 2020. DOI: https://doi.org/10.5935/2175-3520.20200003

BASSI, Tânia Mara dos Santos**. A inclusão na educação superior: acesso e permanência de estudantes com deficiência em instituições públicas.** RECIMA21, v. 2, n. 8, 2021. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.660

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: políticas de acesso e permanência.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 99, n. 251, 2018. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

SOUZA, Raphaella Guimarães de**. O impacto das políticas de acesso na evasão do ensino superior: um olhar para a democratização.** Revista FT, v. 29, 2025. DOI: https://doi.org/10.69849/revistaft/dt10202507151950

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.